

O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 NO BRASIL

Thaís Cristina Figueiredo Rego¹

Fabiane Santana Previtali²

Cílon Cesar Fagiani³

Robson Luís de França⁴

RESUMO

O artigo discute as relações entre trabalho e educação no ensino médio profissionalizante na medida em que foca a problemática da formação profissional e as demandas de qualificação para o mercado de trabalho no Brasil do século XXI. Busca-se problematizar os alcances e limites dessa modalidade de ensino no país face ao desemprego crescente e à demanda do mercado por profissionais mais qualificados. Faz-se um resgate histórico do processo de transformações estruturais do capitalismo e sua influência nas formas de organização técnica da produção e os desafios colocados à educação no intuito de investigar e identificar seus impactos na formação profissional dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. A metodologia utilizada refere-se à revisão de literatura e análise documental, tomando-se como referência a década de 1990, quando acentuam-se as reformas educacionais de caráter neoliberal no Brasil. Foram coletados dados no Censo Escolar 2010 e na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE 2007, que aborda os aspectos complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Os resultados e conclusões apresentadas, ainda parciais, apontam que os cursos profissionalizantes tendem a formar fundamentalmente para atender demandas específicas do mercado de trabalho, as quais mudam rapidamente em função das inovações tecnológicas e, embora representem um montante significativo dos investimentos públicos em educação, não têm se traduzido em emprego efetivo em sua área de qualificação para essa parcela da classe trabalhadora alvo de políticas públicas.

Palavras-Chave: Ensino profissionalizante. Trabalho. Educação.

VOCATIONAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE RESTRUCTURING OF EDUCATION FROM THE DECADE OF 1990 IN BRAZIL

ABSTRACT

The paper discusses the relationship between work and education in vocational high school in that it focuses on the issue of vocational training and qualification for the demands of the labor market in Brazil XXI century. The aim is to discuss the scope and limitations of this modality of education in the country face rising unemployment and market demand for more qualified professionals. It is a historical process of structural transformations of capitalism and its influence on organizational forms of production and technical challenges to education in order to investigate and identify its impact on training of social subjects involved in this process. The methodology refers to the literature review and documentary analysis, taking as reference the 1990s, when they widen the neoliberal educational reforms in Brazil. Data were collected in the school census and the 2010 National Survey o Household Sample Survey conducted by the IBGE 2007, which covers the complementary aspects of the Youth and Adult and Vocational Education. The results and conclusions, albeit preliminary, indicate that the vocational courses tend to form primarily to meet specific demands of the labor market, which changes rapidly as a function of technological innovations and, although they represent a significant amount of public investment in

education, not have been translated into effective use in their area of qualification for this portion of the working class target of public policies.

Keywords: Vocational education, Labor, Education

1 - INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações. Essas transformações estão associadas, por um lado, a um processo de reestruturação das formas de organização do capital a nível internacional, sob a influência da ordem político-econômica neoliberal. Por outro lado, estão associadas a uma nova onda de difusão de inovações tecnológicas e/ou organizacionais ao longo das mais diversas cadeias produtivas, envolvendo transnacionalização das empresas e integração dos mercados, imprimindo um novo padrão nas relações interfirmas e uma nova dinâmica na concorrência intercapitalista.

Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, é importante destacar que as inovações técnicas/organizacionais implicam na mudança de um modelo baseado no uso extensivo de força de trabalho semi-qualificada, típico do taylorismo-fordismo para outro baseado no uso intensivo de força de trabalho qualificada, polivalente e cooperativa que prevalece na via de acumulação toyotista. Com as alterações processadas no mundo do trabalho a partir das novas formas de organização e gestão, as formas tradicionais de educação profissional, baseadas no taylorismo/fordismo, vão se tornando historicamente superadas (KUENZER, 2000).

O taylorismo-fordismo foi adotado primeiramente na indústria automotiva, um dos setores de maior dinamismo na economia mundial, tornou-se, após a Segunda Guerra Mundial, o meio pelo qual o capitalismo readquiriu suas forças, emergindo da crise dos anos 1920 e 1930 (LUCENA, 2004; FRANÇA, 2010; PREVITALI, 2011). Nas duas primeiras décadas do século XX as empresas iniciaram sua transformação para fabricação de produtos em grandes quantidades, a produção em massa.

De acordo com Kuenzer (2003), a dissociação entre concepção e execução, isto é, entre trabalho intelectual e trabalho manual foi a forma pela qual o capital impôs subordinação do trabalho. A consequência imediata dessa dissociação foi a desqualificação do trabalhador, dada a nova natureza que o trabalho adquiriu, reduzido a tarefas simplificadas e rotineiras, cada vez mais especializadas e sem conteúdo para o qual era suficiente alguma escolaridade (muitas vezes dispensável) treinamento e experiência. Para a autora, a formação destes trabalhadores conduzia o indivíduo ao trabalho parcelado, no sentido da desqualificação profissional, bem como da intensificação do trabalho.

Esse sistema envolveu, com variações dependendo das condições históricas, sociais e culturais em que foi vivenciado, um conjunto de práticas político-institucionais e de controle do trabalho, bem como de formas de intervenção e resistência da classe trabalhadora de 1930 até 1960, quando começou a apresentar sinais de esgotamento (ANTUNES, 2002; PREVITALI, 2011). Como resposta a crise, o capital iniciou, ao longo das décadas de 1980 e 1990, um amplo processo de reestruturação que envolveu a introdução de inovações técnicas e/ou organizacionais no processo de trabalho, visando assegurar o controle sobre o mesmo. A expressão mais evidente dessas mudanças foi o advento das formas toyotistas ou do chamado "modelo japonês" de organização do processo produtivo que se tornaram o novo receituário de eficiência e produtividade a ser seguido.

Gounet (1999), afirma que o sistema toyotista é fundado na organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige,

portanto, uma organização flexível e integrada do processo de trabalho e dos trabalhadores. Harvey (1992) considera que o toyotismo é elemento constituinte de uma nova fase de acumulação do capital. Este novo modo de organização da produção capitalista, o qual denomina Acumulação Flexível, se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, e “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p.140).

Na acumulação flexível, o trabalho reestruturado sob o paradigma toyotista é marcado pela sua intensificação (gerenciamento *by stress*); pela flexibilização da produção, do trabalho e do trabalhador para que se submeta a jornadas de trabalho prolongadas, incluindo-se horas extras; polivalência para executar diferentes tarefas e operar vários tipos de máquinas e equipamentos, além de aptidões que favoreçam o trabalho em equipe (GOUNET, 1999, p. 29).

Kuenzer (2003) ressalta que as características demandadas pelo trabalhador flexível envolvem o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como: análise, síntese, criatividade, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo e de liderar, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes e buscar aprender permanentemente. Diz a autora que, mesmo para as tarefas simplificadas, o elevado custo de investimento em função das tecnologias aplicadas ao processo exige trabalhadores capazes de intervir crítica e criativamente quando necessário, além de observar normas que assegurem a competitividade e o retorno do investimento através de índices mínimos de desperdício.

Para Antunes (2002), o novo processo de organização e racionalização do trabalho tem imposto aos trabalhadores um intenso e cuidadoso monitoramento por meio das análises constantes de índices de produtividade, de desempenho, de satisfação, entre outras, sendo apresentada sob a celebração da qualificação e sua maior inserção intelectual no trabalho.

A propagação das tecnologias de informação está relacionada com a capacidade que essa tecnologia possui em transformar os setores da economia, bem como a de levar à formação de novos setores e conduzir ao desenvolvimento de um novo paradigma técnico-econômico. A transição de um novo paradigma tecnológico, de base microeletrônica ou de informação, aconteceu a partir do final da década de 1970, quando as economias avançadas iniciaram uma fase de transição para um novo paradigma tecnológico, baseado na flexibilidade. Essas mudanças afetam qualitativa e quantitativamente o trabalho e sua organização no processo produtivo, ao evidenciar a formação de um mercado de trabalho mais heterogêneo e qualificado, com exigências de maiores níveis de escolaridade e de novas habilidades.

Convém ressaltar que uma das condições essenciais para a produção está relacionada ao acúmulo do saber e de habilidades. No processo de consolidação do capitalismo, o capital buscou expropriar do trabalhador esse saber por meio das inovações técnicas e/ou organizacionais no processo de trabalho (LUCENA, 2004; FRANÇA, 2010). A produção do conhecimento tende a se tornar tarefa de um número restrito de trabalhadores com qualidades especiais, isto é, a produção capitalista procura desqualificar a maioria dos trabalhadores e criar um pequeno número de indivíduos altamente qualificados (FRANÇA, 2010).

Portanto, a educação não é alheia às transformações que se processam no modo de produção capitalista e tende a ajustar-se às exigências demandadas por esta última, de forma que os novos modelos e propostas pedagógicas são exigidos a acompanhar a evolução das tecnologias e das novas formas de organização da produção.

A formação em nível técnico, neste contexto, constitui um elo entre o engenheiro ou homem da ciência e o trabalhador qualificado, atuando como um funcionário intermediário dentro da empresa capitalista. A grande maioria dos técnicos industriais desempenha funções de coordenação e supervisão, reproduzindo as relações de dominação e, portanto, não só se identificam, como também tendem a fazer parte da pequena burguesia (MACHADO, 1989).

2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A Educação profissional atual elaborada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), complementada pelo Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004. Seu principal objetivo é a criação de cursos voltados ao acesso do mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações. A questão que se coloca é em que medida seus objetivos têm sido alcançados? Isto é, os jovens qualificados ou re-qualificados estão ingressando no mercado de trabalho formal a partir desses cursos que visam, além da qualificação profissional a inclusão e a promoção do exercício da cidadania?

No Brasil, o Ministério do Trabalho (BRASIL, 1998) afirma que, embora a taxa de crescimento da população brasileira venha caindo sistematicamente, existe um contingente expressivo de oferta de força de trabalho que está reprimida a espera de oportunidade para ingresso no mercado de trabalho. Há uma mudança no perfil etário dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, que, segundo este órgão, se deu em decorrência do nível de qualificação da força de trabalho exigida por este, sendo que só os trabalhadores na faixa etária entre 25 a 39 anos têm conseguido atender as exigências das empresas por serem mais experientes e qualificados.

Essa situação ocorre, provavelmente, porque esses mais jovens preferem ficar mais tempo na escola, seja formal, seja em cursos de qualificação profissional, antes de ir ao mercado. E por quê? Porque as empresas demandam maior qualificação e os jovens valorizam a educação. (BRASIL, 1998).

O que se deve indagar é se estes trabalhadores estão tendo acesso ao mercado de trabalho por serem melhor qualificados e experientes em relação aos com menor idade, entre 15 a 24 anos como afirma o ministério; ou se o acesso destes com menor idade está sendo prejudicado por haver uma grande demanda, melhor qualificada, que diante da falta de empregos melhores, coloca-se à disposição do mercado, aceitando realizar atividades mais desprovidas de conteúdo em relação a sua qualificação profissional.

Na medida em que o número de trabalhadores se eleva e a oferta de empregos diminui, intensifica-se a concorrência entre eles, tornando-a tanto maior, mais inatural e mais violenta. Por outro lado, o capitalista beneficia-se dessa concorrência intra-trabalho

empregando os mais qualificados por menores salários e benefícios, contribuindo para o achatamento generalizado da renda dos trabalhadores (MARX, 2010).

Diante da realidade social em que vive o Brasil e grande parte dos países da América Latina e mais recentemente a Europa (com o desmantelamento dos direitos trabalhistas em nome do ajuste fiscal⁵), é contraditória a afirmativa de que os jovens estão deixando de ingressar no mercado de trabalho por preferir ficar mais tempo na escola.

O processo de desemprego, na lógica destrutiva do capitalismo atual, sob a ideologia excludente do projeto político neoliberal, faz a sua retórica culpando o próprio trabalhador pela sua não-qualificação profissional e por consequência culpando-os pelo desemprego. Por isso, são priorizadas as opções de reformas educacionais com ênfase na difusão das novas tecnologias de informação para universalizar o acesso ao ensino e às novas competências do trabalho

Os avanços científico-tecnológicos resultantes dos grandes investimentos do capital colaboram para a diminuição dos postos de trabalho, uma vez que substituem sistematicamente a força de trabalho pela tecnologia. Com já observado por Marx (1988), há um estímulo intrínseco ao modo de produção capitalista que faz com que o capitalista invista em novas técnicas de produção e organização do trabalho de forma a obter maior controle sobre o trabalho, aumentando assim sua produtividade. Essa é uma das estratégias utilizadas pelas grandes empresas para garantir sua sobrevivência e competitividade no mercado.

Para contradizer esse quadro, o governo lança mão de informações acerca do aumento da taxa de emprego no Brasil. De acordo com o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em 2010 houve uma elevação da quantidade de postos de trabalho criados em todos os estados brasileiros. (CAGED, 2011)

Em 2010, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) disponibilizou um documento intitulado “Brasil: Uma estratégia inovadora alavancada pela renda”, que teve como propósito mostrar como a estratégia de crescimento com equidade foi construída e implementada, e que ajudou o Brasil a superar a crise econômica e financeira mundial que eclodiu em 2008. De acordo com esse documento, no final de 2009, o Brasil criou um milhão de novos postos formais de trabalho e, em 2010, 2,2 milhões de empregos formais criados nos dez primeiros meses do ano. (OIT, 2010).

Porém, há que se fazer uma leitura mais crítica acerca desses dados. Ainda somos cerca de 1,5 milhões de desempregados (IBGE, 2011); 12 milhões de famílias possuem acesso ao Programa Bolsa Família (OIT, 2010) o que demonstra uma quantidade considerável de brasileiros com renda *per capita* até R\$ 140,00⁶. Mais interessante seria oferecer a esses brasileiros condições de sustentarem suas famílias e manterem seus filhos na escola através dos seus próprios rendimentos. Observa-se também o chamado Diálogo Social, apresentado pelo referido documento da OIT (2010) como forma de reduzir o número de desempregados. Esse documento propõe desligamentos temporários, férias coletivas, instauração de políticas como o trabalho compartilhado ou *work-sharing* (quando os trabalhadores aceitam reduzir a carga horária e seus salários para não perderem seus empregos) ferindo direitos conquistados há décadas pela classe trabalhadora, causando, inevitavelmente, precarização e terceirização do trabalho (ANTUNES, 2008).

Assim, a supressão de direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora é o receituário para a manutenção dos empregos.

Também Noronha argumenta nesse sentido

Para entender com maior precisão os “ajustes” que estão sendo feitos nesta nova ordem é preciso identificar algumas estratégias imperativas: desregulamentação, que contém o significado mais amplo de retirar os

direitos conquistados e não produzir políticas sociais; flexibilização, que implica propor um mínimo de regras para que a lei seja a da oferta e da procura num mercado aberto; autonomia, descentralização e privatização. É importante ressaltar que o Estado, neste contexto, abre mão de realizar políticas sociais e os indivíduos precisam, então, passar a comprar os “serviços” de saúde, educacionais, de bem-estar e demais “serviços” que passaram a ocupar o lugar dos direitos sociais conquistados ao longo da trajetória de constituição da identidade social das classes. (NORONHA, 2006, p. 52)

A globalização da economia e a reestruturação produtiva promoveram mudanças radicais no mundo do trabalho e nas relações sociais o que passou a exigir um novo tipo de trabalhador. Essas novas exigências afetaram também os cursos técnicos oferecidos pelas instituições responsáveis pela formação dessa força de trabalho.

Nesse sentido, ao longo da história da educação brasileira o ensino técnico de nível médio tem sido alvo das mais diferentes políticas e caracterizando-se muito mais por um modelo de treinamento do que por uma educação técnica de caráter mais abrangente o que acaba por reforçar a dualidade entre educação para as elites e educação para a classe trabalhadora.

A Reforma da Educação Profissional (REP) implementada durante a década de 1990 esteve assentada em um discurso que vincula a necessidade urgente de adequação dos diferentes países às transformações ocorridas nos setores produtivos e de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e a introdução de tecnologias modernas que se baseiam principalmente no desenvolvimento da microeletrônica. A grande inspiração para sua elaboração foram os documentos do Banco Mundial (BM), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos setores produtivos mundiais (LIMA FILHO, 2003).

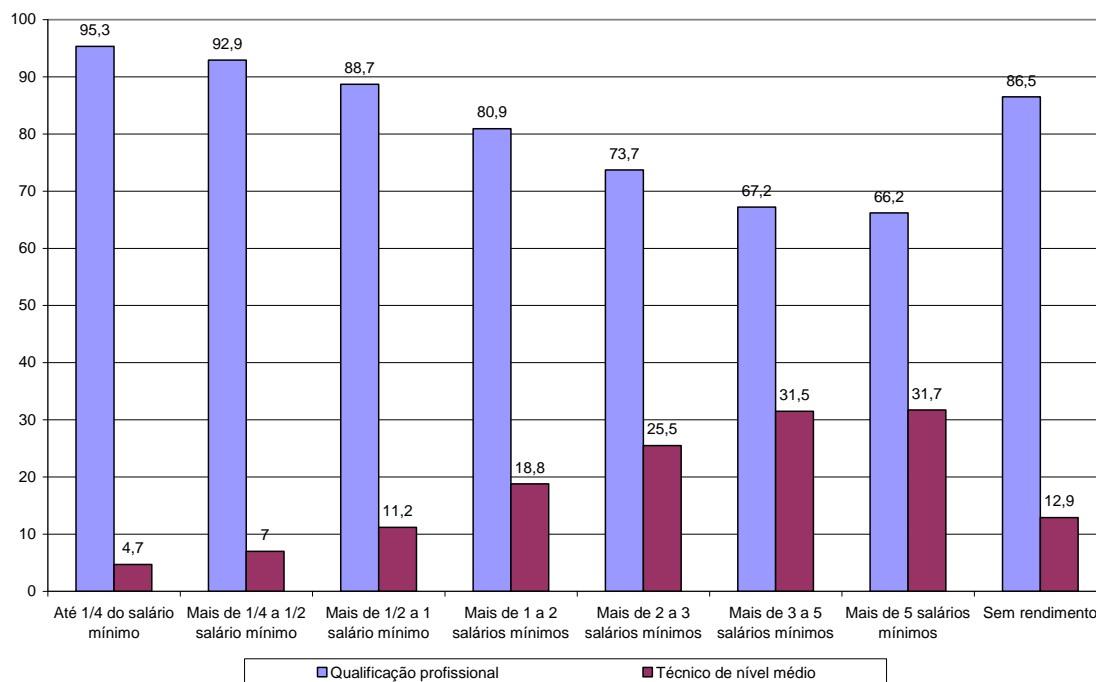
Nessa perspectiva, a educação profissional é considerada de modo utilitarista, sendo que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes a serem desenvolvidos devem ser definidos pela sua utilidade ao desenvolvimento de capacidades de trabalho requeridas pelo mercado.

Sampaio; França (2009) avaliam que nas reformas educacionais dos anos 1990 fica evidente a ênfase para preparo da força de trabalho adequada para atender as necessidades do mercado, acompanhando o momento e desenvolvimento econômico do país. Para os autores, nesse contexto a educação se apresenta como mecanismo de exclusão, considerando sua origem e trajetória marcada no Brasil por duas características: a) sempre foi uma educação destinada aos subalternos da sociedade, ou seja, à classe trabalhadora, e, b) ter-se constituído, historicamente, em paralelo ao sistema regular de ensino.

Esse quadro torna-se ainda mais perverso quando consideramos que uma imensa maioria foi e está excluída até mesmo desta estrutura dual, ou seja, grande parcela da população que nem a esta “educação de classe” teve acesso, faz com que nos certifiquemos do caráter classista e discriminatório da sociedade brasileira (SAMPAIO; FRANÇA, 2009, s/p).

Assim, podemos observar no Gráfico 1 uma frequência acentuadamente maior das pessoas aos cursos rápidos de qualificação em comparação com a frequência aos cursos técnicos profissionalizantes de maior duração em todas as faixas salariais.

GRÁFICO 1 – Distribuição das pessoas que freqüentaram curso de educação profissional, por faixa salarial – Brasil – 2007



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007

A Tabela 1 demonstra que 81% dos que procuram um curso profissionalizante o fazem na modalidade de qualificação profissional.

Tabela 1 – Distribuição percentual das pessoas que frequentam ou frequentaram anteriormente, por natureza da instituição de realização do curso, segundo segmento do curso de educação profissional – Brasil – 2007

Segmento do curso de educação profissional	Total	Natureza da instituição de realização do curso			
		Instituições de ensino vinculada ao Sistema “S”	Instituição de ensino público	Instituição de ensino particular	Outra
Qualificação profissional	81,1	89,2	64,6	83,7	97,2
Técnico de nível médio	18,2	10,7	34,5	15,4	2,6
Graduação tecnológica	0,7	0,1	0,9	0,9	0,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007

Os cursos de qualificação profissional estão ligados ao nível básico dessa modalidade de ensino e caracterizam por não serem necessariamente regulamentados e “destinados à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia” (BRASIL, 1997). São cursos de curta duração. Já o nível técnico oferece cursos com organização curricular específica e separada do ensino médio e é “destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio”. Percebemos nesses dados a necessidade do trabalhador estar se (re)qualificando cada vez mais e mais rápido para se adaptar às frenéticas mudanças tecnológicas adotadas pelas empresas dentro do sistema capitalista atual.

Além disso, a demanda do mercado não implica em planejamento por parte dos trabalhadores de que curso e de quando ele deverá ser realizado. Há uma oferta muito grande de vários cursos mais fáceis e rápidos a disposição do trabalhador que tende a matricular-se no maior número possível para se tornar cada vez mais capacitado. Porém, ter um leque de diplomas e/ou certificados não garante emprego na atual sociedade capitalista.

Sampaio; França (2009) ressaltam que a nova educação profissional orienta-se pelo conceito de empregabilidade. Como consequência, tem havido um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que cada um é responsável por buscar suas competências, a serem alcançadas, segundo o discurso governamental, com o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão. Para o autor, observa-se atualmente a configuração de uma proposta de formação para o trabalho que se propõe a estar totalmente separada da educação formal e escolarizada.

A criação do PANFLOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) e do recém-lançado PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) exemplificam um processo que se consolida no país, desde o início dos anos 1990. Isto é, de atrelamento às proposições econômicas e políticas dos organismos internacionais, para os quais o problema da educação é tratado de forma minimalista, numa perspectiva pragmática e de alívio à pobreza. O PLANFOR, publicado em 1995, lançou algumas bases para atingir a estabilidade econômica do Brasil, de forma que retomasse o desenvolvimento, a democracia e a equidade social. Essa sigla surgiu em 1996, com o desafio de incluir a educação profissional no âmbito da política social, incluindo financiamento do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), sob responsabilidade administrativa dos sindicatos.

França (2011) destaca que o PLANFOR representa uma nova forma do Estado atuar no campo da qualificação e treinamento buscando elevar a produtividade do trabalho, incluindo a educação profissional na política pública de trabalho. O plano objetiva oferecer a educação profissional, enfatizando a demanda do mercado de trabalho, de forma que qualifique ou requalifique a capacidade e competência existentes nesta área, garantindo a formação de profissionais preparados para atuar de acordo com as mudanças e inovações tecnológicas.

Frigotto (1999), afirma que as iniciativas de cursos do PLANFOR são tão diversas que intervenções focalizadas se materializam por uma dispersão sem limites. Os cursos abarcam uma ampla gama de atividades, desde emissão de passagens, “fazer velas ou treinar os desempregados para oferecer serviços de catar piolho, cuidar de cachorros, catar minhocas” (FRIGOTTO, 1999, s/p).

Segundo o autor, o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta as diretrizes nacionais para a educação profissional representa uma regressão ao dualismo e exacerbação da fragmentação. Esta rede de formação técnico-profissional se estrutura em três níveis, a saber:

- a) O nível básico para a massa de trabalhadores, jovens e adultos, independentemente da escolarização anterior, mas certamente igual ou inferior ao ensino fundamental, que tem o objetivo de "qualificar, requalificar ou re-profissionalizar". Além disso, é um terreno aberto para quem queira disputar os recursos públicos do FAT (Fundo de Assistência do Trabalhador). Trata-se de cursos que não estão sujeitos à regulamentação curricular;
- b) O nível técnico, com uma organização curricular independente destinado a matriculados ou egressos do ensino médio. Aqui se situa a pressão e a direção para onde quer se encurralar o Sistema de Escolas Técnicas Federais. Trata-se de

"flexibilizar seus currículos" adaptando-os às "competências" demandadas pelo mercado. Implementar um currículo modular, fundado na perspectiva das habilidades básicas e específicas de conhecimentos, atitudes e de gestão da qualidade, construtoras de competências polivalentes e, supostamente, geradoras da empregabilidade;

- c) O nível tecnológico, destinado aos egressos do ensino médio e técnico, para a formação de tecnólogos em nível superior em diferentes especialidades.

Envolvidos com esta modalidade educacional estão as Redes Públicas (Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal) e Rede Privada, conforme demonstrado no QUADRO 1.

QUADRO 1 – Centros e escolas habilitados a oferecerem educação profissional por dependência administrativa.

Rede Pública Federal	Redes Públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	Rede Privada
a) os centros federais de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas; b) as escolas técnicas federais; c) as escolas agro-técnicas federais; d) as escolas e colégios técnicos vinculados a instituições federais.	a) suas unidades de formação profissional; b) os centros de educação tecnológica e suas unidades descentralizadas; c) as escolas técnicas vinculadas às instituições estaduais de ensino superior.	a) o Sistema S (SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI – Serviço Social da Indústria; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SESC – Serviço Social do Comércio; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola; SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; SEST – Serviço Social do Transporte; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas; SESCOOP – Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços. b) as escolas técnicas e faculdades de tecnologia; c) as escolas e centros de formação profissional, mantidos por sindicatos de trabalhadores; d) as escolas e fundações mantidas por grupos empresariais; e) as escolas vinculadas às organizações não-governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional.

Fonte: Os autores.

O PRONATEC é o mais recente programa de incentivo ao acesso a educação profissional. Criado em 2011, no governo da presidenta Dilma Roussef, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos têm como meta oferecer oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos⁷.

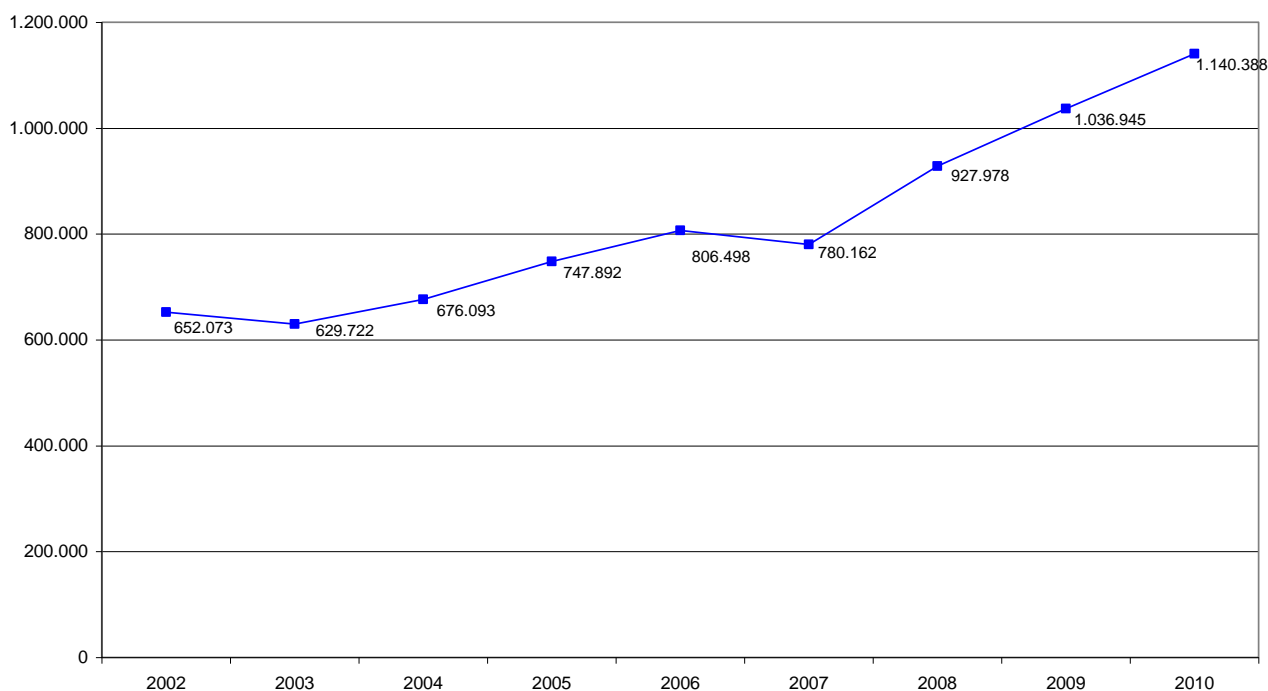
Diante disso questiona-se: que diferentes perfis possuem os brasileiros que precisam de financiamento estudantil e bolsa auxílio para conclusão de um ensino técnico? Serão os pertencentes às classes menos favorecidas que precisam trabalhar antes do término dos estudos para ajudarem no sustento de suas famílias ou os que podem escolher quaisquer cursos superiores, em quaisquer universidades a quaisquer preços? Vale refletir se esse não é mais um plano para reforçar a dualidade estrutural presente no Brasil desde o início da educação profissional.

Coraggio (2000) diz que o que acontece atualmente é “assemelhar a escola à empresa”, ou seja, a escola “é vista como empresa que monta e organiza insumos educacionais e produz recursos humanos com certo nível de aprendizado. Pretende-se que o faça, como qualquer empresa submetida à concorrência, ao menor custo possível”. (CORAGGIO, 2000, p. 107)

Ao compararmos a atual legislação do ensino médio e da educação profissional a esse panorama de “escola empresa”, temos a retomada da presença da dualidade estrutural, agora revigorada, em que há o estabelecimento de uma trajetória para os intelectuais e outra para os trabalhadores, entendendo-se que essas funções eram atribuídas a partir da origem de classe. (KUENZER, 1999b).

Observa-se no Gráfico 2 que o número de matrículas na modalidade de ensino profissionalizante diminuiu em apenas duas vezes: de 2002 para 2003 e de 2006 para 2007. Nos demais anos houve o aumento de matriculados nesse segmento. De 2002 a 2010 o número de matriculados cresceu em 74,9%, podendo ser interpretado como uma resposta aos programas de incentivo à educação profissional. Não garantindo a empregabilidade, mas mantendo-os ocupados.

GRÁFICO 2 – Número de matrículas na Educação Profissional – Brasil – 2002 – 2010

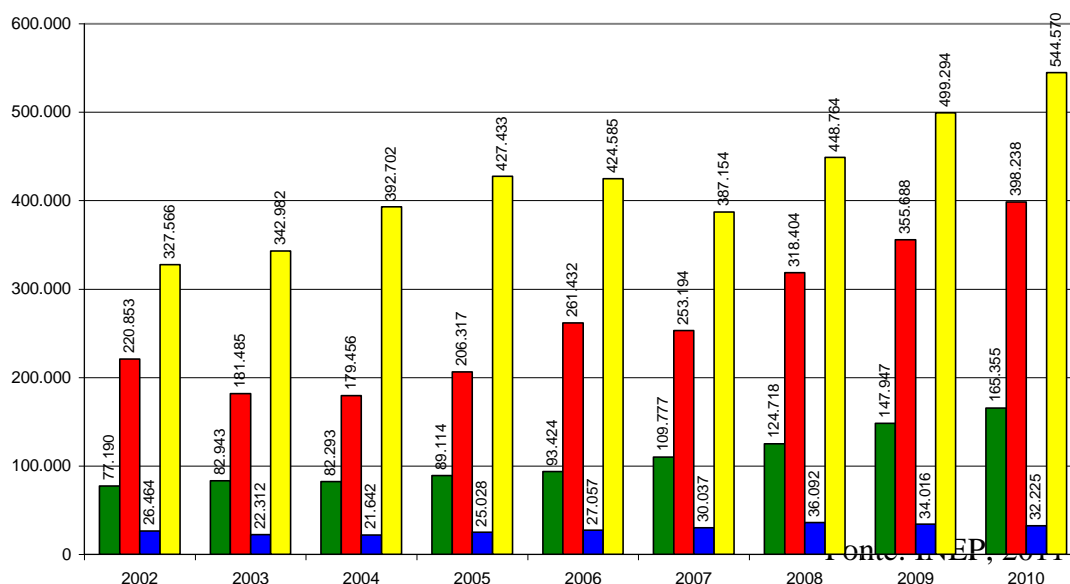


Fonte: INEP, 2011.

De acordo com Gondim; Bunchaft e Brain (2004) a reestruturação produtiva provocou modificações no mundo do trabalho, dentre as quais destaca-se a freqüente mudança de emprego ou mesmo períodos de emprego-desemprego levando o indivíduo a uma contínua qualificação como forma de vencer as incertezas do mercado de trabalho. Essas oscilações que podem contribuir para explicar esse aumento considerável nas matrículas da educação profissional.

Levanta-se aqui a questão da empregabilidade uma vez que recai sobre os indivíduos a responsabilidade de adaptação competitiva ao imposto pelo mercado. Há uma grande procura por cursos profissionalizantes (Gráfico 3). A busca cada vez maior por um curso profissionalizante pode demonstrar a incorporação desse conceito instituindo no imaginário da população, qual seja: o entendimento de que sua posição social, ou sua não inserção no mercado de trabalho, decorre da sua incapacidade. Nesse sentido, retira-se do Estado a responsabilidade pela situação social na qual vive parte considerável da população brasileira (OLIVEIRA, 2001).

GRÁFICO 3 – Número de matrículas na Educação Profissional por dependência administrativa –Brasil – 2002 – 2010



Tanto o público quanto o privado de ensino assegurado pela lei, porém percebe-se claramente no Gráfico 3 o predomínio dos estabelecimentos privados quanto o assunto é educação profissional; 56,5% das matrículas em 2010, são da rede privada, enquanto 9,6%, da rede federal; 31,3% da rede estadual e, 2,5%, da rede municipal. Deve-se levar em consideração que a rede privada corresponde, de acordo com o INEP (2000), a 67,34% das instituições de educação privada no Brasil, enquanto as redes federal, estadual e municipal, somadas, representam 32,66%. Isso reflete a desresponsabilização do Estado no que diz respeito a formação profissional, conferindo ao privado e, por conseguinte, ao mercado de trabalho a decisão de como formar a força de trabalho.

Outro ponto a ser levantado: se a educação profissional normalmente é procurada por jovens de baixo poder aquisitivo que precisam ingressar no mercado de trabalho ainda muito novos como o custeio desses cursos será feito? Com um percentual tão baixo de escolas públicas profissionalizantes o ingresso nessas instituições provavelmente dar-se-á

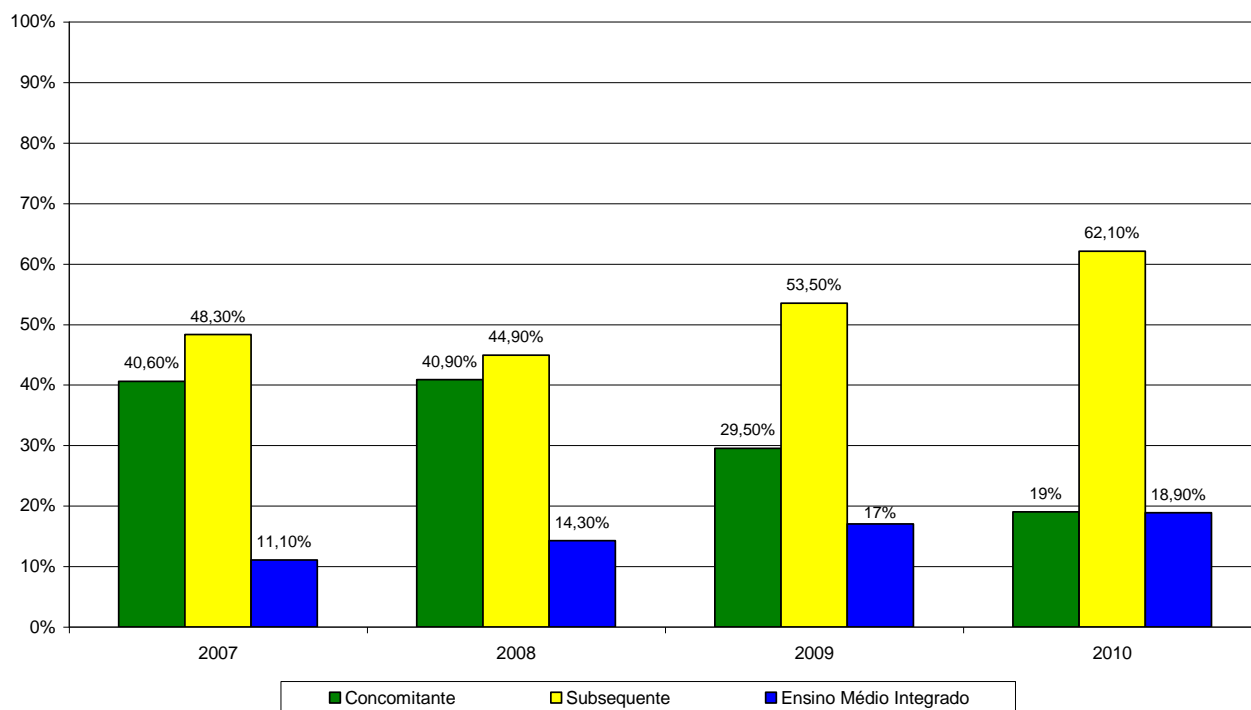
por meio de seleção, o que já descarta o acesso aqueles que não tiveram uma educação básica de boa qualidade. Restam-lhes os cursos da rede privada.

A educação profissional pode ser realizada de três formas: concomitantemente, subsequente ou Ensino Médio integrado. Ela possui o Decreto 2208/1997 como instrumento jurídico normativo de regulamentação.

Quanto àqueles que realizam seus estudos concomitantemente (ensino médio e profissionalizante) restam-lhe a tentativa de concluir pelos menos um deles satisfatoriamente. Muitas vezes, dedicam-se mais aos estudos profissionalizantes sob expectativa de se capacitarem para ingresso imediato e quiçá com um bom salário no mercado de trabalho e esquecem-se da formação geral proporcionada pelo ensino médio.

No Gráfico 4 observa-se a predominância do ensino profissionalizante realizado de maneira subsequente, ou seja, após a conclusão do ensino médio, em todos os anos, sendo que nos dois últimos, o percentual é superior ao dobro das modalidades concomitante e ensino médio integrado somados. Pode-se inferir que para jovens carentes fica difícil realizar os dois cursos simultaneamente, pois eles não têm condições financeiras para arcar com as despesas e muitas vezes, realizam o ensino médio a noite e trabalham durante o dia, mesmo não tendo uma ‘profissão certificada ou diplomada’.

GRÁFICO 4 – Distribuição do número de matrículas na Educação Profissional –Brasil – 2007 – 2010



Fonte: INEP, 2011

Nas palavras de Manfredi,

aos que concluírem os cursos de Educação Profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional (artigo 4º, decreto 2208/97). O nível técnico destina-se aos matriculados ou egressos do ensino médio. Terá estrutura organizativa e curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a ele. No entanto,

só será concedido o diploma de técnico àqueles que concluírem o ensino médio (artigo 5º, Decreto 2208/97). O aluno poderá cursar o ensino técnico ao mesmo tempo em que cursa o colegial (concomitantemente) ou após sua conclusão (sequencial). (MANFREDI, 2002, 130)

Para Kuenzer (1999a, p. 100), a justificativa mais importante para o Decreto 2208/97 é o alto custo do ensino técnico, particularmente o oferecido pelos CEFETs e Escolas Técnicas Federais, financiados pelo poder público federal, o qual, segundo o discurso oficial, não atinge os trabalhadores e se reveste mais de características propedêuticas do que profissionalizantes.

Além disso, como argumentam Garcia e Lima Filho (2004)

os cursos de educação profissional de nível básico, nos moldes preconizados pelo decreto 2.208/97, dispensam escolaridade prévia e, nesse sentido, acabam por cumprir uma função alternativa ou substituta à escolarização regular. Essa política de natureza compensatória pode contribuir para a efetivação da terminalidade escolar ao nível das séries iniciais da educação fundamental ou mesmo à renúncia à educação formal a amplas parcelas da população.

O Decreto 2208/97, juntamente com a concepção de ensino médio vigente, traz novamente à baila a dualidade estrutural dentro da educação brasileira.

Embora a nova LDB (Lei 9394/96) assegure a possibilidade de manutenção de cursos de habilitação profissional que integrem educação geral e formação profissional, o Decreto n. 2208/97, na prática, inviabilizou essa possibilidade. Da mesma forma, a equivalência entre cursos de nível médio, gerais e profissionais, conquistada desde a LDB de 1961, desaparece quando o mesmo Decreto determina que a continuidade de estudos depende do certificado de conclusão de ensino médio, e os novos cursos profissionais não exigem escolaridade anterior para a realização de cursos de nível básico e médio. Essa proposta é conservadora, porque retoma a concepção taylorista/ fordista que supõe a ruptura entre o saber acadêmico, desvalorizado por não ser prático, e o saber para o trabalho, desvalorizado por não ser teórico, contrariamente à compreensão contemporânea que mostra, a partir da crescente incorporação da ciência ao mundo do trabalho e das relações sociais, a indissociável articulação entre ciência, cultura e trabalho, entre pensar e fazer, entre refletir e agir. Em decorrência, não reconhece a transdisciplinaridade que caracteriza a ciência contemporânea. (KUENZER, 1999a, p. 102-103)

Através da reforma do ensino profissional, regulamentada pelo Decreto 2208/97, acontece a legalidade para “a retirada do Estado, nos níveis federal e estadual, do cenário da qualificação profissional, agora objeto de outro sistema, o de Educação Profissional, financiado com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)⁸, dos agentes financeiros internacionais, particularmente Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e dos agentes privados.” (KUENZER, 1999a, p. 104)

A Tabela 2 apresenta as preocupações daqueles que procuram um curso profissionalizante. 22,8% dos que freqüentaram instituições públicas disseram que o curso concluído serviu-lhes para obter um diploma ou certificado para ser aceito pelo empregador; 28,9% dos que realizaram o curso em instituições vinculadas ao Sistema “S” buscaram esses cursos para proporcionar práticas adequadas às exigidas pela empresa e 50,6% dos que concluíram o curso em instituições privadas responderam que essa habilitação possibilitaria a abertura de seu próprio negócio.

Tabela 2 – Distribuição percentual das pessoas que concluíram o curso de educação profissional, por natureza de instituição de realização do curso e o atributo que permitiu trabalhar na área de formação e o motivo de nunca terem trabalhado na área de formação do curso de educação profissional concluído – Brasil – 2007

	Instituição de ensino vinculada ao Sistema "S"	Instituição de ensino público	Instituição de ensino particular	Outra
Trabalhavam ou nunca trabalharam antes	26,7	20,3	47,9	5,0
– Certificado ou diploma para ser aceito pelo empregador	25,2	22,8	48,3	3,7
– Possuir conteúdo necessário ao desempenho do trabalho	26,8	20,4	48,0	4,9
– Proporcionar práticas adequadas àquelas existentes na empresa	28,9	15,9	47,1	8,1
– Possibilitar abertura do negócio próprio	27,9	16,3	50,6	5,3
– Outro	24,6	27,1	43,2	5,1
Nunca trabalharam	18,6	23,4	55,1	2,9
– Falta de vagas na área	18,7	23,8	54,6	2,8
– Curso não preparou para o trabalho	14,0	31,5	51,7	2,9
– Exigência de experiência e/ou escolaridade	18,9	21,7	57,2	2,2
– Outra oportunidade melhor de trabalho	20,7	21,6	55,4	2,3
– Outro	16,3	24,6	54,9	4,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007

Infere-se que a busca por um diploma em tempos de reestruturação demonstra a preocupação do trabalhador em manter-se o mais capacitado possível para que possa se encaixar em quaisquer ofertas de emprego.

A Tabela 2 apresenta também as opiniões dos respondentes sobre o porquê de nunca terem trabalhado na área em que realizaram um curso profissionalizante. 31,5%, dos que frequentaram instituições públicas disseram que o curso não preparou para o trabalho; 57,2% dos concluintes de escolas privadas, responderam que foi pela exigência de experiência e/ou escolaridade; já os egressos de cursos vinculados ao Sistema "S" (20,7%) disseram ter tido oportunidades melhores de trabalho.

Como explicar um percentual relativamente alto dos que disseram que o curso profissionalizante não preparou para o trabalho, se a principal função dessa modalidade de ensino é justamente essa, como podemos verificar no art. 1º do Decreto 2208/1997:

Art. 1º - A Educação profissional tem por objetivos:

I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

- II – proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III – especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalho em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. (BRASIL, 1997)

Observa-se que mais da metade dos que concluíram cursos em instituições privadas, nunca trabalharam na área do curso porque não tinham experiência. Se grande parte dos cursos profissionalizantes é procurada por jovens, justamente porque precisam ingressar mais cedo no mercado de trabalho quem vai conceder a primeira oportunidade a essa demanda?

Já os oriundos do Sistema “S” deparam-se com uma situação um pouco diferente: fazem determinado curso com expectativas de conseguir emprego nessa área e acabam ocupando postos de trabalho diferentes do que foram preparados. Gastam dinheiro, não usufruem do aprendido o que, conseqüentemente, gera prejuízo a esses trabalhadores. Resta-nos perguntar: conseguiram que tipo de trabalho? Foram qualificados para preencher essa vaga?

Os processos de trabalho têm sido analisados de maneira positivista, pragmática e mercadológica com ênfase na empregabilidade e, portanto, responsabilizando os sujeitos individuais pela sua “competência” em conseguir um trabalho, ou pela falta dela: culpabilização ou responsabilização “sua incompetência”. Isso também é observado por Souza (2010, p. 67):

a educação é concebida apenas como uma instituição que qualifica pessoas para a atividade na esfera econômica, no entanto, restrita ao mercado de trabalho. Desse modo, os trabalhadores buscam em sua qualificação saídas para ingressarem nesse mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, e são estimulados a procurar a educação como forma de valorizar sua empregabilidade. O princípio que está em volta deste conceito é que o desemprego tem como causa a baixa empregabilidade da mão de obra, ou seja, sua desqualificação em face das exigências do mercado de trabalho. Assim, transfere-se do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos. A empregabilidade está ligada aos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação.

Se, há algumas décadas, um único diploma proporcionava a seu portador uma carreira linear e crescente, hoje isso não é mais possível. Se antes, para preencher as exigências dos postos de trabalho, bastava ao trabalhador demonstrar que suas qualidades se encaixavam perfeitamente às necessidades da empresa, nesse momento não exige-se somente uma qualificação formal/ qualificação para desenvolver tarefas relacionadas a um posto de trabalho, mas uma qualificação real, ou seja, novas formas de organização do trabalho requerem dos trabalhadores procedimentos cada vez mais coletivos, além do domínio de conteúdos e de metodologias que possibilitem a resolução de problemas novos de modo original (KUENZER, 2000).

A busca por se adequar às práticas exigidas pelas empresas podem estar diretamente ligadas ao avanço da tecnologia. O parque industrial das indústrias são

atualizados com uma frequência alta o que gera na força de trabalho a necessidade de se adequar o mais depressa possível a essas modificações.

As inovações tecnológicas e organizacionais transformam os trabalhadores em coadjuvantes do processo de produção; “a máquina passa a ser sujeito da produção, da qual o trabalhador passa a ser mero apêndice; transfere-se, portanto, para a máquina, a ‘virtuosidade’ que pertencia ao trabalhador.” (KUENZER, 2002, p. 44) O processo de reestruturação empresarial fez da evolução tecnológica uma ferramenta de racionalização, otimização e adequação da força de trabalho aos mandos do capital. Ainda citando Kuenzer, podemos deduzir que

[...] a ciência desenvolvida pelo capital e a seu serviço é a expropriação do conhecimento do trabalhador. Paralelamente a um pequeno número de funcionários altamente qualificados, que dominam todo o saber sobre o trabalho, se desenvolve uma imensa massa de operários desqualificados, que não dominam mais que o conhecimento relativo à sua tarefa parcial e esvaziada de significado pela simplificação do processo produtivo, cuja função é a eterna geração de mais-valia. (KUENZER, 2002, p. 47)

Os avanços científico-tecnológicos resultantes dos grandes investimentos do capital colaboram para a diminuição dos postos de trabalho, uma vez que substituem sistematicamente a força de trabalho pela tecnologia. Essa é uma das estratégias utilizadas pelas grandes empresas para garantir sua sobrevivência e competitividade no mercado.

Quanto ao alto percentual alcançado pela possibilidade de abertura de um negócio próprio, podemos inferir sobre o sonho da força de trabalho em se ver livre das amarras do capital, deixando de ser explorado. Porém, esse sonho pode tornar-se pesadelo, pois de acordo com dados do SEBRAE (2001) 30% das empresas fecham suas portas em até 02 anos; o que contribui para colocar esse trabalhador de volta ao mercado de trabalho novamente como força de trabalho.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se discutir as relações entre trabalho e educação no ensino médio profissionalizante foi-nos possível apontar os alcances e limites dessa modalidade de formação no Brasil considerando o desemprego crescente e a demanda do mercado por profissionais mais qualificados.

Os dados do Censo Escolar 2010 e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE 2007 demonstram que a educação profissional brasileira é procurada principalmente para atender às demandas específicas do mercado de trabalho, que se modificam constantemente. Além disso, conclui-se que as classes menos favorecidas economicamente são as que buscam esses cursos, dando preferência à modalidade de qualificação profissional por ser mais rápida e diversificada. Porém, capacitar-se não têm sido sinônimo de emprego efetivo em sua área de qualificação.

Há de se considerar que a discussão acerca dos cursos de formação profissional não é recente. Os cursos profissionalizantes remontam ao projeto de Nação da Era Vargas, passando pelo Regime Militar (1964-1985) e na atual democracia: novas leis foram criadas e/ou antigas reformuladas. O capital sempre esteve presente dessas definições, deixando sua marca principalmente para caracterizar essa modalidade de ensino como formadora de uma força de trabalho fácil de ser explorada, alienada e que atenda o que o mercado necessita naquele momento.

Através do histórico da educação profissional brasileira podemos perceber o quanto ela é tratada de forma preconceituosa pela legislação educacional, estando sempre

associada à formação das camadas mais pobres da população. Começando como uma educação assistencialista e legitimadora da condição social, a educação profissional passou a qualificar a força de trabalho para uma indústria emergente até final da década de 1970. Atualmente, com as novas demandas do capital, tem o objetivo de formar sujeitos aptos a trabalharem com a modernização tecnológica.

A partir da LDB 9394/96, a educação profissional passou a ter sua concepção pautada na formação através do modelo de competências o que requer do trabalhador o domínio operacional de fazer certo, acompanhado de uma visão global do processo produtivo juntamente com a compreensão do saber tecnológico e a mobilização de valores necessários às tomadas de decisão. Assim, busca-se a formação de sujeitos sociais plenos, bem como os objetivos da educação em seu sentido social, político e pedagógico de formação para a cidadania.

No entanto, essas diretrizes não tendem a se efetivar no atual modelo de ensino profissionalizante os quais se tornam restringidos às necessidades imediatas de qualificação profissional impostas pelo mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** Boitempo Editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

BAGNATO, Maria Helena Salgado; BASSINELLO, Greicelene Aparecida Hespanhol; LACAZ, Cristiane Pessoa da Cunha; MISSIO, Lourdes. Ensino Médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Rev. esc. enferm. USP**, v.41 n.,2, São Paulo, jun. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n2/14.pdf> Acesso em 20 jun. 2012

BRASIL, Ministério do Trabalho do. **Tendências do Mercado de Trabalho Brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho.** Exposição realizada na câmara dos Deputados em 14/05/98. Disponível em: <www.mtb.gov.br> Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASIL. Decreto n. 2208/1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da Educação, 1996.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília, fev. 2011. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/atividade_economica/2011/2011_01/IE%202011%2001%2019%20CAGED.pdf> Acesso em: 23 jul. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2000.

FRANÇA, Robson Luiz. "O Discurso e a Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico", IN: SCOCUGLIA, Afonso. et al. **O Controle do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital**. Curitiba: CRV Editora. 2011.

FRANÇA, Robson Luiz.(Org.) **Educação e Trabalho - Políticas Públicas e a Formação para o Trabalho**. Campinas: Alínea. 2010.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/252/boltec252c.htm>>,1999. Acesso em: 12 fev. 2011.

GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à educação profissional**. Trabalho apresentado na XXVII reunião da ANPED. Caxambu, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/27/diversos/te_domingos_leite.pdf> Acesso em: 20 jun. 2012.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; BUNCHAFT, Alexandra Flávio; BRAIN, Fernanda Roberta Menezes. A outra face da qualificação profissional: uma análise qualitativa de anúncios de cursos profissionalizantes. **Revista Gestão e Ação**. v. 7, n. 3, 2004. Disponível em: < www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/sumv7n3ed.html> Acesso em 20 jun. 2012.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**. 2011. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm> Acesso em 23 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2007. Disponível em: < www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2007/default.shtm... > Acesso em: 29 maio 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. **Censo da educação profissional: resultados 99**. Brasília, s.ed., 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. **Censo Escolar 2010**, 2011 Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task> Acesso em: 29 maio 2012

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho**. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/252/boltec252b.htm>. 2003. Acesso em: fevereiro de 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico e suas consequências. In: LIMA FILHO, Domingos Leite. **Educação profissional: tendências e desafios: documento final do Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional**, Curitiba: SINDOCEFET, 1999a.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teóricos-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. In: **Boletim Técnico do SENAC**. SENAC: Rio de Janeiro, v.25, n.2, maio/ago., 1999b.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez. 6. ed., 2002.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A desescolarização da escola: impactos da reforma da educação profissional** (período 1995-2002). Curitiba: Torre de Papel, 2003.

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

MACHADO, L. R. S. **Educação e divisão social do trabalho: contribuições para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**.. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os economistas)

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. 2. ed. rev. ampl. Campinas/SP: Alínea, 2006. (Educação em Debate)

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Mudanças no mundo do trabalho: Acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. **Educ. Soc.**, v. 21, n.70, Campinas, apr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302000000100004&script=sci_arttext> Acesso em: 20 jun. 2012.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do SENAC**. v. 27, n.1, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/271/boltec271c.htm>> Acesso em: 20 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Brasil: Uma estratégia inovadora alavancada pela renda**. Genebra/Suíça: OIT, 2010.

PREVITALI, Fabiane Santana et. al. Trabalho, educação e sociedade: a formação do trabalhador no âmbito da acumulação do capital. In: FRANÇA, Robson Luiz de (org.). **Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho**. São Paulo: Alínea, 2010.

SAMPAIO, I.; FRANÇA, R. L. O PNPE na Política do Ministério do Trabalho e Emprego e a Formação do Jovem: Precarização e Captura da Subjetividade. **Revista da RET. Estudos do Trabalho**. n. 5, 2009.

SEABRA, Carlos. **Inclusão digital: desafios maiores que as simples boas intenções**. 2003 Disponível em <http://www.infoinclusao.org.br/conteudo.asp?conteudo_id=180>. Acesso em 24 set. 2004.

SEBRAE. **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. 2011. (Coleção estudos e pesquisas) Disponível em: <www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/DowContador?...unid...> Acesso em: 20 jun. 2012.

SOUZA, Luciene Maria de. Estado e Políticas Públicas Educacionais: reflexões sobre as teses neoliberais. In: FRANÇA, Robson Luiz de (org.). **Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho**. São Paulo: Alínea, 2010.

Notas:

¹Mestre em Educação – UFU. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade – GPTEs. Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc). E-mail: thaiscfr@bol.com.br

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Coordenadora do GPTEs. Pesquisadora Fapemig - PPM. E-mail: fabianesp@netsite.com.br.

³ Mestre em Agronomia -Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” -Esalq/USP. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação - PPGED /UFU. Membro do GPTEs. E-mail: cilsoncf@netsite.com.br

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista - Unesp/FCL. Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/FACED/UFU. Membro do GPTEs e líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Formação Humana. Pesquisador CNPq. E-mail: rlfranca@ufu.br.

⁵ A atual crise na Europa afeta principalmente os mais jovens. O desemprego médio de 8,5% na Itália chega a 29% entre os que têm entre 15 a 24 anos. Na Espanha essa relação passa de 22% a 45% (Folha de São Paulo, 19/12/2011, A14).

⁶ De acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), o Bolsa Família é regulamentado pela: Lei Federal nº 10.836/2004, Lei Federal nº 11.692/2008, Decreto Federal nº 5.209/2004, Decreto Federal nº 6.917/2009. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar de R\$ 32 a R\$ 242. Esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março e vigoram a partir dos benefícios pagos em abril de 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>> Acesso em 23 ago. 2011.

⁷ Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/>> Acesso em: 26 jun. 2012.

⁸ O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970. Disponível em

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fat/index.html> Acesso em: 30 maio 2011.

Recebido: Agosto-2012

Aprovado: Novembro-2012